

# Os intelectuais e as novas vias investigativas das nações latino-americanas

FABIANE BATISTA PINTO  
GISLANIA DE FREITAS SILVA

SÁ, Ma. E. de N. (org.). **História intelectual latino-americana**: itinerários, debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio, 2016.

Nas últimas décadas, estudiosos brasileiros e estrangeiros dedicaram-se à compreensão da formação sócio-histórica dos Estados nacionais na América sob nova perspectiva, direcionada a refletir sobre a participação de intelectuais em momentos decisivos para os rumos das revoluções independentistas, a vislumbrar a participação de grupos subalternos, como mulheres, indígenas e negros, bem como a analisar as ideias que fluíam das metrópoles para as colônias e os novos direcionamentos e interpretações que adquiriam em solo americano (DOYLE, PAMPLONA, 2008; MADER; PAMPLONA, 2007, 2008, 2009, 2010).

Contribuindo com o debate, sob a ótica da história intelectual, a obra “História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas” é composta por 12 artigos, apresentados em seminário realizado em junho de 2016, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio), como parte das atividades

---

## **FABIANE BATISTA PINTO**

Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Professora da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: fabiane.pinto@phb.uespi.br

---

## **GISLANIA DE FREITAS SILVA**

Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Professora da rede estadual de ensino do estado do Ceará (SEDUC). E-mail: gislaniafreitas@yahoo.com.br.

desenvolvidas no âmbito do projeto “Intelectuais e a constituição de um novo vocabulário político na América Ibérica no século XIX”, que tem como mote o estudo comparativo entre as produções de intelectuais que influenciaram na formação e organização de Estados nacionais na América ibérica, ao longo do século XIX.

Os textos tratam, em sua maioria, dos processos de formação da identidade cultural e nacional na Argentina e em Cuba, apresentando autores e obras que foram expoentes e exerceram forte influência nesse processo. Ademais, a proposta é inovadora por trazer como *corpora* de análise cartas e periódicos e problematizar como esses veículos de comunicação podem ser portas de entrada profícuas para novas leituras históricas.

No ensaio de abertura, cujo título principal “Músicas distantes” engana aquele que pensa se tratar de uma análise histórica a partir da música, Jorge Myers realiza reflexões sobre o uso de fontes narrativas produzidas pela “elite pensante” de uma época. Ele destaca que a produção desta “elite” nem sempre se limita ao domínio da escrita, portanto, o pesquisador deve estar atento a outros tipos de linguagens produzidas por um “saber douto”, como as variadas formas de expressão artística, a aplicação das matemáticas, a arquitetura, as artes cênicas e a música.

Suas considerações iniciais concentram-se nas imbricações metodológicas inerentes ao campo de investigação, nas fronteiras epistemológicas fluidas e difusas da historiografia e na trajetória e debate sobre o advento das disciplinas “história das ideias” e “história intelectual”, desenvolvidas e conceituadas sistematicamente na segunda metade do século XX. Ele também destaca como um dos desafios mais problemáticos e complexos para o historiador a forma como reconstruirá o passado assente no manuseio das fontes e predileções metodológicas. Adverte que, por mais criterioso que seja, será uma tarefa incompleta e especulativa, um esforço interpretativo de construção de sentidos à atividade intelectual e cultural da sociedade estudada, um espaço de “interseção de olhares”, sujeito a uma pluralidade de interpretações.

Myers assinala como um aspecto relevante no estudo da história intelectual a relação intrínseca sobre a vida e obra do autor estudado. Esta se expressa não só pelo lugar de pertencimento

que este ocupa como pelas mais variadas disposições sociais, sejam elas de gênero, raça, etnia, condição sexual, ou até mesmo marcas no corpo físico. Deve-se considerar que toda produção será, substancialmente, influenciada por estas disposições.

O historiador finaliza o ensaio com um exame acerca da experiência da “história intelectual” latino-americana, sobretudo a partir dos estudos realizados sobre a trajetória e influência de grandes figuras do cenário político rio-platense do século XIX. Oferece um panorama rico dos principais estudos realizados, faz referências a obras, situa as abordagens não limitadas ao campo da História, mas também no da Filosofia e Sociologia.

No capítulo seguinte, José Alves de Freitas Neto faz uma abordagem instigante apoiada no estudo do jornal *“La Moda: guacetín semanal de música, de poesia, de costumbres”* (1837-1838), que tem como editor principal Juan Bautista Alberdi. Freitas Neto expõe as expectativas e fracassos da publicação do jornal e o envolvimento de intelectuais da Geração de 1837, considerada o primeiro movimento intelectual em busca de uma identidade nacional. Além disso, questiona sobre a ausência de estudos sobre o periódico, percebido durante muito tempo como publicação de menor valor.

Dedica-se a examinar as intenções pedagógicas dos intelectuais envolvidos, preocupados com as disputas internas de uma nação em formação. Para estes, era urgente e necessário propagar ideais políticos, culturais e comportamentais a cidadãos carentes de um “espírito” democrático, republicano e moderno. O propósito principal era estabelecer vínculos, conhecer, seduzir e formar um público leitor. *“La Moda...”* tinha um apelo popular, versava sobre os mais variados assuntos da vida cotidiana portenha desde hábitos, vestimentas, gostos, moda, penteados a um conteúdo mais erudito sobre música, literatura, poesia e artes em geral.

Embora não seja o foco do artigo discutir os processos construtores de uma nação, Freitas Neto nos recorda um dos aspectos mais interessantes para os pesquisadores desse campo: o papel da imprensa e o desenvolvimento de um “capitalismo editorial” (ANDERSON, 2008), quando o alcance da produção literária inaugura formas dinâmicas e eficientes na promoção de profundos laços afetivos na população. Percepções, sentimentos, paisagens,

imposição de gostos foram, primeiramente, retratados pela escrita. Apesar de atingir um público restrito e pequeno, o “letrado”, este seria o embrião da “comunidade imaginada”.

No capítulo intitulado “*Ojeada sobre el Brasil*”, Maria Elisa Noronha de Sá analisa as imagens do Brasil Império, retratadas em artigos escritos pelo argentino Domingos Faustino Sarmiento, durante seu exílio no Chile, nos quais a percepção dicotômica “civilização e barbárie”, tema recorrente em sua obra, é descrita com uma carga valorativa de julgamento.

Apesar das riquezas, o Brasil é narrado, principalmente, pelos seus aspectos negativos: território extenso e despovoado, povo amorfo politicamente, escravidão e ausência de espírito republicano. O elemento bárbaro sobrepõe-se ao mundo civilizado. Para ele, era questão de tempo para que o império brasileiro seguisse o destino dos impérios ibéricos na América: a fragmentação. A fragilidade institucional do vizinho é percebida como perigo, um prato cheio às pretensões políticas do caudilho argentino Rosas. A autora alinha a análise das fontes com a trajetória biográfica de Sarmiento, enfatizando o quanto sua experiência no exílio foi fundamental na compreensão do seu país, bem como influenciou sua percepção acerca dos rumos da política imperial brasileira.

O artigo de Bruno Passos Terlizzi tem como pano de fundo os embates entre os unitários bonaerenses e os federalistas no processo de consolidação do estado nacional argentino. Mobilizando a noção de itinerário intelectual, intenta desvelar as teias sob as quais se assentam as atuações políticas de Juan María Gutierrez e de Vicente Fidel López, apontando como suas biografias foram afetadas por suas trajetórias intelectuais.

Analisando as cartas trocadas entre Gutierrez e López, o autor destaca que a influência de ambos nos assuntos políticos não se deveu a uma atuação pública mais forte. Contrariamente, ao se afastarem das disputas políticas partidárias, gozaram de grande prestígio entre a classe dirigente por seus notórios capitais cultural e intelectual, assim como por suas atuações nas esferas acadêmicas/intelectuais. Juntos, fundaram a “*Revista del Río de la Plata*”, na qual difundiam textos acadêmicos e científicos, ligados à história e à literatura, ajudando na conformação do campo

histórico-historiográfico e crítico-literário. A revista, assinala Terlizzi, foi uma estratégia de reinserção no cenário político portenho, depois de anos de ostracismo.

No artigo seguinte, Affonso Celso Thomaz Pereira tenta investigar os vínculos entre política, imprensa e biografia, a partir da obra produzida no exílio de Juan Batista Alberdi no Chile. Também busca investigar sua atuação junto à classe dirigente do país, com a qual gozava de grande influência, não obstante sua predileção por atividades na esfera privada. Ao contrário do que a historiografia contemporânea sobre o Chile retrata sobre os anos 1840, como sendo um período de estabilidade política e de paz, a análise dos periódicos da época revelam os conflitos e as instabilidades daquele contexto. Daí a singularidade da proposta do autor, ao se debruçar sobre duas produções de Alberdi, publicadas em periódicos: a “Biografía del General don Manuel Bulnes” e “*La República Argentina 37 años después de su Revolución de Mayo*”. Destarte, delinea o quadro de disputas políticas no qual os periódicos possuem papel de destaque.

A biografia do General Bulnes é um importante texto político e, como sublinha Pereira, foi escrito voltado muito mais para a “pacificação política” do que por motivos eleitorais. Em franco debate com Pedro Félix Vicuña, ferrenho opositor político de Bulnes, os escritos de Alberdi colaboraram para a construção da legitimidade do novo governo nos espaços públicos ao enfatizar o espírito conciliador do general, capaz de trazer ordem e consenso. Tendo como tônica do discurso a defesa do conservadorismo, afirmou, inclusive, que existiam diferenças entre os sentidos atribuídos ao termo no Velho e no Novo Mundo.

A partir desse momento, sua defesa do conservadorismo ultrapassa a experiência chilena e ganha uma projeção universal. Ao olhar para o governo de Juan Manoel de Rosas, na Argentina, do qual era opositor, passa a defender que aspectos de seu governo são necessários e precisam ser conservados, enfatizando o papel positivo que este desempenhou na consolidação das instituições estatais. Ao apontar para uma perspectiva conservadora, Alberdi passa a ser alvo de críticas de seus antigos parceiros políticos e intelectuais.

Mudando o foco em relação aos textos anteriores, o artigo de Fábio Muruci versa sobre as controvérsias acerca do legado do intelectual e político cubano José Martí. Nesse campo de disputas, as análises e as interpretações da obra martiana podem ser divididas em dois momentos: o primeiro, no período que vai de 1895 até 1950, no qual o “dever místico”, o apostolado de Martí, marca os estudos sobre sua obra. O segundo, no pós-revolução, em que se destacam seus textos críticos sobre os Estados Unidos e seu caráter eminentemente revolucionário e anti-ianque.

O autor recusa esse binarismo e propõe abordar o tema do republicanismo na obra de Martí, situando o autor em seu contexto histórico, sem imputar ao seu legado o que chamou de “verniz ideológico”, como alguns autores contemporâneos insistem em matizar suas palavras. Alvitra, então, garantir, tanto quanto possível, a integralidade e especificidade do pensamento martiano. Cabe destacar que, não obstante as críticas contundentes desferidas por Martí ao “irmão do Norte”, em diversas passagens de seus escritos o cubano expressa seu desejo de “resgatar as duas partes da América”.

Em sequência, o texto de Lucas Machado traz um instigante recorte da obra martiana ao discutir o processo de produção intelectual do autor e como a experiência do exílio influenciou sua interpretação da sociedade estadunidense. Sugere que é impossível dissociar sua produção intelectual e política, apontando que essa característica se refletia nas crônicas que escreveu para diversos jornais latino-americanos. Para isso, faz uma análise das cartas que José Martí escreveu para seu amigo Manoel Mercado, nas quais narrou suas dores emocionais por estar longe da família, especialmente seu filho Ismael, seus problemas de saúde e as dificuldades financeiras, ao mesmo tempo em que narra sua aflição na organização da luta pela libertação de Cuba do jugo espanhol e diante das novas ameaças da política externa dos EUA para a América Latina, especialmente a região caribenha.

Para Martí, instruir o leitor hispano-americano sobre o funcionamento das instituições estadunidenses, avaliando os diversos aspectos, era fundamental diante do olhar atônito e ingênuo de muitos. Além disso, considerava essa instrução importante

principalmente para que os políticos não cometessem imprudências em futuros acordos. Dessa forma, seus escritos para periódicos foram importantes para projetar seu nome para o continente como um homem de letras e como homem político, o que lhe rendeu alguns problemas. Martí não pôde ficar exilado em um país de *Nuestra América*, dentre outros motivos, por não manter boas relações com políticos locais e por se recusar a escrever páginas laudatórias sobre ações que julgava abomináveis. Residir em Nova York, apesar das inúmeras adversidades, permitiu que pudesse continuar escrevendo e estudando livremente.

Ademais, como destaca o autor, o grande temor de Martí, no tocante à sua produção intelectual e política, era que fosse conhecido como “poeta em versos” antes de ser um “poeta em atos”. Sua última carta para seu amigo Manoel, escrita em campo de batalha e deixada inconclusa, deixa clara a sua angústia em relação à causa independentista e à sua própria atuação política.

O artigo de Alessandra Seixlack Gonzales traz uma discussão acerca da unificação e consolidação do Estado nacional argentino e a difícil tarefa de incorporar os diversos elementos sociais à nação, sobretudo os indígenas das regiões do Chaco, Pampas e Patagônia. Sem atrativos econômicos, com condições naturais adversas e com a resistência dos grupos indígenas, o avanço das fronteiras em direção à Patagônia se deu tardiamente, no século XVIII. Esse território, o Deserto, o “vazio”, tornou-se um “artefato discursivo” e o imaginário sobre o mesmo foi alimentado no longo período da colonização. Com a independência, os argentinos se depararam com o problema de “como fundar uma nação a partir do deserto” (SÁ, 2016, p. 179). Contudo, esse vazio se referia à ausência de culturas e atividades humanas vinculadas aos valores da nova nação, aos empreendimentos capitalistas e modernos, à urbanidade. Tal perspectiva deixa ao largo a população indígena que vivia nesses territórios e significava que “preencher” o deserto pressupunha o enfrentamento desses povos.

Com base nas cartas de expressivos líderes indígenas, como Juan Calfucurá, líder da Confederação de Salinas Grandes, e Ignacio Coliqueo, aos dirigentes políticos da nação, Gonzales assinala que a ação dos indígenas não foi homogênea, pois ora

firmavam acordo com os unitários portenhos, ora apresentavam simpatias aos federalistas das demais províncias, apresentando diversos matizes. Não obstante as oscilações das ações dos dirigentes que poderiam variar de posturas diplomáticas até a mais violenta repressão, a autora nos adverte que seria um equívoco pensar nos conflitos de fronteira como uma polaridade entre os hispano-criolos e indígenas, enfatizando as ambiguidades tanto dos caciques quanto da chefatura nacional.

Em “¿El gaúcho está muerto?”, Ivía Minelli esboça um panorama do cenário intelectual argentino à época da comemoração do centenário de independência, situando a literatura *criollista* nesse debate. A base dessa experiência é a literatura gauchesca do início do século XIX, na qual o gaúcho é encerrado como verdadeiro ícone da nacionalidade. Salienta que esse *criollismo* podia apresentar duas perspectivas distintas: a pureza do espírito nacional e, em outro sentido, expressar um sentimento coletivo e popular de diferentes segmentos sociais urbanos, inclusive migrantes e imigrantes.

Contudo, aponta que os folhetos e revistas *criollas*, apesar da ampla circulação nos centros urbanos, não têm expressividade nos estudos críticos da literatura argentina. Foi um alemão, Robert Lehmann-Nitsche, que viveu e trabalhou na Argentina por mais de três décadas, que compilou e organizou um acervo de revistas *criollas* (termo cunhado por ele para diferenciar de outros periódicos que circulavam no mesmo contexto), bem como produziu trabalhos sobre a temática.

Minelli arremata destacando a persistente ausência da literatura *criolla* na crítica literária argentina e enfatiza que, apesar de exaltar a figura do gaúcho como símbolo de nacionalidade, os intelectuais *criollos* não eram avessos à modernidade, apenas assentavam seus projetos culturais em outras bases argumentativas. Ressalta que ganharíamos muito se ampliássemos o debate acerca da miscelânea de ideias da Argentina do centenário.

Fernando Luiz Vale Castro apresenta uma reflexão sobre a questão racial, na obra do cubano Fernando Ortiz, buscando refletir sobre os paradigmas que influenciaram seus escritos. Para isso, o autor apresenta brevemente o debate sobre raça que permeou



as discussões acerca da formação dos povos e nações latino-americanas, ao longo dos séculos XVIII e XIX, apontando como o argumento racial tornou-se a condenação científica da América Latina. A obra de Ortiz é icônica, pois parte da perspectiva criminalista de Lombroso – para quem o crime podia ser imputado à raça – para uma visão mais culturalista, que deságua no afrocubanismo. A questão sobre o que é a cubanidade passa a dar vigor às suas reflexões sobre Cuba e o continente e se torna a base de seu conceito de transculturação.

Ao escrever, Ortiz se deparava com uma dupla preocupação: primeiro, superar o paradigma racialista/biologizante e destacar os elementos culturais constitutivos da cubanidade; segundo e mais importante, pensar em uma identidade cultural que tornava singular a nação cubana, a qual teve sua liberdade embargada com a adoção da Ementa Platt, logo após a sua independência. Ademais, Ortiz estava ciente do contexto internacional em que vivia e a radicalização do discurso racial promovido pelo nazifascismo exigia uma postura que desfizesse os equívocos em torno das formulações racistas. Daí sua preocupação em historicizar o conceito de raça.

O cubano retoma os escritos de José Martí para fundamentar sua recusa aos discursos racistas em voga, enfatizando que não existiam raças superiores ou inferiores e que qualquer explicação biologicista é redutora. Ademais, elege *el ojiaco* como figura que representa a síntese dos povos que formaram o cubano, a cubanidade. Ao final, Castro reitera a negação de Ortiz dos argumentos raciais para fins de dominação e subjugação e mostra que, independente do tema abordado, a questão racial esteve presente nas reflexões e escritos do cubano.

O estimulante texto de Priscila Pereira nos tira do lugar-comum, ao propor que textos humorísticos, por se constituírem em relação dialética com as leis e instituições que formam o mundo social, são uma interessante fonte de conhecimento histórico. Desse modo, as clivagens entre “o discurso sério” e “discurso humorístico” não resistem por muito tempo diante de uma análise mais séria e profunda, uma vez que o humor relaciona-se com os discursos hegemônicos e de poder.

A autora assinala que, não obstante a efemeridade ser a marca do discurso humorístico, as revistas de humor podem ser importantes informantes das teias que formam a cultura de uma sociedade. Ademais, como estão imersas no contexto em que são produzidas, essas revistas acabam por refletir os discursos vigentes. Para ela, o humor e as revistas humorísticas não gozam de *status* no âmbito da história intelectual por persistir certo preconceito em relação ao humor, como se uma piada fosse desprovida de intencionalidade e, por isso, neutra.

Pereira, então, sustenta seu estudo partindo da negação desse pressuposto de neutralidade, afirmando que nenhuma piada é inocente. Refletindo sobre o papel dos intelectuais nas sociedades modernas como “diretamente envolvidos com a produção e gestão dos bens simbólicos” (SÁ, 2016, p. 240) e sua inescapável relação com o poder instituído, defende que incluir o humor e as revistas humorísticas no campo de estudos da história intelectual permitiria analisar a relação entre a indústria cultural e as culturas populares, além de redimensionar o conceito de “intelectual”. Analisando a produção de revistas humorísticas da Argentina, indaga como, através das sátiras e do humor, esses periódicos mantêm relação com a política, ao passo que se enquadram dentro de uma linha editorial e de pensamento.

Finalizando a coletânea, o artigo de Barbara de Almeida Guimarães, fruto de sua pesquisa de mestrado ainda em desenvolvimento, mas de grande envergadura, sugere analisar os projetos continentais das revistas “*Cuadernos Americanos*” (México) e “*Repertorio Americano*” (Costa Rica), problematizando a presença/ausência dos Estados Unidos e do Brasil nos dois periódicos. Financiados por diversas fontes, ambos se propõem a dar voz aos intelectuais americanos no contexto internacional turbulento de guerras e do avanço do nazismo e do fascismo na Europa.

Apesar de não ter uma explícita declaração acerca do continente americano, a revista costa-riquenha “*Repertorio Americano*”, editada exclusivamente por Joaquín García Monge, tem uma perspectiva que tende à exaltação ao “grande irmão do Norte” e seu modelo de democracia. A autora sublinha a ausência de textos críticos sobre os Estados Unidos, mesmo no contexto da Guerra

Fria, não obstante um número significativo de autores que poderiam ser colocados “à esquerda” no espectro político. Bárbara Guimarães também destaca a ausência de textos escritos por brasileiros bem como a pouquíssima atenção ao Brasil.

Diferentemente, a “*Cuadernos Americanos*”, editada no primeiro momento por Jesús Herzog, em colaboração com outros intelectuais, conta com a contribuição de diversos intelectuais brasileiros, dentre eles Gilberto Freyre, bem como com diversos textos nos quais o Brasil foi contemplado. Os intelectuais que compunham a revista se imbuíram de “uma missão americana”, no contexto internacional beligerante. Sob o comando editorial de Leopoldo Zea, que acreditava na possibilidade de aproximação dos países da Íbero-América pelo viés cultural, o Brasil passa a figurar como elemento do “projeto cultural americano”. Em relação aos Estados Unidos, a “*Cuadernos...*” tem uma postura amistosa, embora não deixe de fazer a crítica ao imperialismo estadunidense, acirrado no pós-Segunda Guerra.

Concluindo, apreende-se que esta obra é uma porta de entrada rica e diversificada de temas, abordagens e objetos de estudo, para os complexos processos de formação das identidades culturais e nacionais. A abordagem da história intelectual sobre a formação das nações latino-americanas traz importantes elementos para o estudioso que se dedica a compreender a construção e consolidação dos estados nacionais em contextos americanos. Ademais, os artigos apresentam obras e autores pouco conhecidos nos meios acadêmicos brasileiros.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DOYLE, D.; PAMPLONA, M. A. (orgs.). **Nacionalismos no novo mundo**: a formação de Estados-nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PAMPLONA, Marco Antonio; MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá (orgs.). **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas**. v.01. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Margens: América Latina).

\_\_\_\_\_. **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas.**

v.02. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (Coleção Margens: América Latina).

\_\_\_\_\_. **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas.**

v.03. São Paulo: Paz e Terra, 2009. (Coleção Margens: América Latina).

\_\_\_\_\_. **Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas.**

v.04. São Paulo: Paz e Terra, 2010. (Coleção Margens: América Latina).